



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 03/2021

----- Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, não presencial, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 23/2020, referente à reunião ordinária de vinte sete de novembro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 23/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 24/2020, referente à reunião ordinária de onze de dezembro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 24/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e oito mil, setecentos e trinta e dois euros e noventa e oito cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Agradecimento** – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior; -----

----- **Compromissos Plurianuais** - Autorizados pelo Sr. Presidente da Câmara; -----

----- **Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2020** - Deverá a presente declaração ser enviada à Câmara e posteriormente à Assembleia para conhecimento; -----

----- **Declaração de Pagamentos em Atraso existentes em 31/12/2020** - Deverá ser enviado à Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal para conhecimento; -----

----- **Declaração de Recebimentos em Atraso existentes em 31/12/2020** - Deverá ser enviado à Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal para conhecimento. ---

----- O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que a sua primeira palavra iria para o falecimento do Senhor Arlino Santos, propondo mesmo um minuto de silêncio em sua honra, recordando que era o último elemento vivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, um primórdio democrático do qual atualmente todos podem usufruir. Deixou os seus sentimentos a toda a família e a todos os seus amigos. Disse ainda que foi uma pessoa com a qual teve o privilégio de conviver e com quem muito aprendeu, um amigo e sobretudo um amigo de Rio Maior. -----

----- Seguidamente voltou a reforçar o apelo que tem vindo a fazer em todas as reuniões de Câmara, considerando o aumento dos números da Pandemia, em que os últimos dias foram angustiantes, com um pico elevado do número de casos, com Rio Maior também a não escapar a esta tendência, disse ser fundamental adotar comportamentos preventivos, não só para a proteção individual de cada um, mas também para proteger aqueles a quem mais se ama. Referiu tratar-se de uma responsabilidade coletiva, e como o Presidente da Câmara já disse, não se pode ter um polícia para cada pessoa, nem isso seria saudável, daí a importância da prevenção. Referiu também a grande pressão nos hospitais, e, com certeza, que ninguém fica indiferente ao ver que quem está na linha da frente, passa por momentos muito difíceis e todos têm e devem dar o seu contributo para aliviar e ajudar a sair desta Pandemia.-----

----- Questionou se já estava ultrapassada a questão da marcação dos testes no laboratório que os fazia, dado que na altura do maior pico se verificou alguma dificuldade na marcação dos mesmos. Manifestou o seu agrado pela estratégia seguida pelo Executivo ao disponibilizar um espaço no Pavilhão Multiusos para fazer os testes, questionando se estes eram apenas testes rápidos. Disse ainda que concelhos como o

de Alcobaça e Leiria dispõem de uma sistematização na realização de testes, sugerindo que se adotasse também o sistema “drive-thru” considerando a segurança na sua realização.-----

----- Continuou questionando qual o ponto da situação do “projeto” a executar no espaço da antiga Rodoviária, adquirido pela Câmara Municipal. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que teve conhecimento que ontem acontecera uma rixa na Praça da República e questionou o que se passou , considerando que o desacato provocou ferimentos.-----

----- Terminou a intervenção dando conhecimento que estão abertas as candidaturas para a primeira fase do programa nacional “Desporto para Todos”, as quais vão decorrer entre vinte e nove de janeiro e quinze de março. Trata-se de um programa que permite apoiar projetos de Clubes e Associações que compõem o tecido associativo de base local, com uma nova vertente de apoio a projetos e prática de atividade física que permitam a realização de atividades físicas em segurança, no quadro da doença Covid-19, o que poderá ser uma forma de ajudar os Clubes concelhios.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se aos Votos de Pesar e endereçou aos familiares e amigos destas três pessoas que desenvolveram uma vida tendo como base o princípio ativo do bem comum e do trabalho colaborativo para a comunidade e para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior. Este trabalho foi desenvolvido em diversos níveis, o Padre Diogo ao serviço da Igreja, o Senhor António Gomes na Freguesia de Fráguas, 1º Presidente de Junta de Freguesia e o Senhor Arlino Santos, a quem se pode chamar “pai fundador” da democracia em Rio Maior, considerando que integrou desde a primeira hora, as Comissões Administrativas do concelho e tal como a Vereadora Vera Simões já dissera, hoje estão reunidos porque alguém lutou muito e sofreu para essa concretização. Alguns foram presos políticos, tiveram que lutar pela liberdade, pela democracia e pelo voto livre, por isso merecem o profundo respeito de todos, e, Arlino Santos era uma dessas pessoas. Deixou mais uma vez os seus sentimentos a todos os familiares e amigos, assim como a toda a família socialista e democrática de Rio Maior e recordou Homens como Alberto Goucha, Mário Goucha, José Pulquério, o Dr. Francisco Barbosa e Nuno de Carvalho, pessoas que estão na origem das fundações democráticas do concelho.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao setor da Educação e disse que tiveram conhecimento da distribuição de computadores questionando como estava a decorrer o arranque das atividades letivas “online” para perceber quais são as necessidades ainda por resolver. Disse ainda que a distribuição de computadores é positiva mas de nada

serve aos alunos se na sua residência não houver outro tipo de condições, como estrutura familiar organizada e estruturas tecnológicas, sugerindo que a Câmara Municipal fizesse o levantamento do número de alunos que não têm essas condições.-

----- Sobre a rixa que aconteceu na Praça da República, recordou a propósito também a existência de um sem abrigo nas Salinas, situações que foram comentadas nas redes sociais, opinando que estes comentários surgiram, numa lógica de tentar resolver os assuntos, no entanto, disse mais uma vez que o chocava continuar a ver o Senhor Eugénio, mais conhecido por “Chibolinhas” a dormir na carrinha abandonada no estacionamento, com toda aquela imundice em volta. Lamentou que estas situações ainda aconteçam no espaço público da cidade e não compreendia que estes assuntos demorassem tanto tempo a ser resolvidos. Disse que a Câmara Municipal deverá estar muito atenta a estas situações e não procurar uma politização exacerbada destes assuntos, porque apenas desejam que não existam estas situações na cidade.-----

----- Lamentou também que a Câmara Municipal ainda não tivesse conseguido estabelecer um elo de ligação e de comunicação com os indianos e os paquistaneses que todas as semanas chegam ao concelho. Opinou que deveria haver da parte da Câmara Municipal uma intervenção muito ativa e mobilizadora da integração destas pessoas, apesar de ser difícil dado pertencerem a outra cultura, no entanto considera que isso poderá ser ultrapassado, dado que são pessoas que enriquecem o concelho e o País com mão de obra na área da agricultura, construção e outros setores.-----

----- Terminou a intervenção referindo-se ao setor da cultura e mais uma vez manifestou a sua preocupação com os setores da hotelaria e do turismo que são setores fortemente atingidos com a pandemia, sendo que o turismo não se fazendo nesta altura terá de se guardar para mais tarde e a campanha de promoção e marketing é de enaltecer. -----

----- Ainda sobre a área da cultura disse que havia um conjunto de ações que poderiam ser já iniciadas para o apoio aos artistas, às coletividades, às associações, fomentando nos canais “online”, um programa de manifestações artísticas, tendo como base o cineteatro de Rio Maior que tem condições excecionais de luz e som, e assim apoiar todos os artistas, das áreas da música, da pintura, do teatro, entre outras, porque a situação ainda se vai arrastar.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por questionar se já fora feito o balanço do programa de “Combate ao Insucesso Escolar”, nomeadamente, o balanço pormenorizado de cada um dos projetos implementados, que, na sua opinião, deveria também fazer a avaliação da necessidade de continuação ou não, de alguns desses projetos.-----

----- Sobre o Plano Estratégico da Educação para o concelho de Rio Maior, questionou

quais foram os resultados obtidos, o que foi implementado, se haverá melhorias a fazer nas questões já implementadas, se haverá que definir novas medidas a implementar, ou seja, fazer a análise pormenorizada do referido projeto e a avaliação do implementado, quais os objetivos atingidos e a delineação do futuro do projeto.-----

----- Quanto aos computadores entregues às escolas referiu que os alunos beneficiários dos mesmos decerto que agradecem a oportunidade que a Câmara lhes deu para assistirem ao ensino “online” com melhores condições, mas o que lera fora que tinham sido distribuídos computadores aos dois Agrupamentos de Escolas e à Escola Secundária, questionando se, mediante a circunstância que se vive atualmente e que já é reincidente, porque a primeira experiência ocorreu durante o primeiro confinamento, a Escola Profissional detém todos os equipamentos necessários para implementação do ensino à distância para os seus alunos, e, caso assim seja, na sua opinião não haveria necessidade de ter este apoio da Câmara Municipal.-----

----- Ainda sobre este assunto referiu que por orientação do Senhor Secretário de estado foram definidas escolas de acolhimento, para no caso de não haver disponibilidade de equipamento informático, os Encarregados de Educação permitirem que os seus educandos frequentassem as escolas de acolhimento onde há professores disponíveis para acompanhamento das aulas e onde há também equipamentos fixos para o acompanhamento dessas aulas, contudo, na sua opinião, verifica-se que alguns dos Encarregados de Educação, dado que estão em confinamento, optaram por não colocar os seus filhos nas escolas de acolhimento. Disse ainda que fora pedido aos professores para solicitarem uma declaração de compromisso em como os pais não aceitavam e foram poucos os que aceitaram, contudo, o computador todos aceitaram, apesar de não terem uma internet que permita o bom uso desses equipamentos, e lamentava, nas circunstâncias em que se vive, que muitas vezes, não haja da parte dos Encarregados de Educação, o discernimento para perceber que lhes estão a ser facultadas oportunidades e que nem sempre as mesmas vão ao encontro daquilo que se gostaria, no entanto trata-se da oferta que é possível, estando assim a rejeitar duas oportunidades. -----

----- Aditou que as escolas do concelho, desde a primeira hora, envidaram todos os esforços para estarem abertas e corresponderem às necessidades da população estudantil e familiar, no entanto, nem sempre da parte dos referidos Encarregados de Educação há a vontade e a flexibilidade de permitir aos seus educandos que frequentem a escola de acolhimento. Assim, é com tristeza que manifesta esta opinião, porque entendia que, nem sempre, as ajudas que estão ao alcance das Instituições, as quais envidam esforços para permitir que as suas populações não percam todas as oportunidades disponibilizadas, contudo parecia-lhe que estas não eram aproveitadas

da melhor forma. Disse ainda que o município fez o que lhe competia, oferecendo equipamento às escolas, restando saber se nestes casos os alunos podem usufruir na plenitude desses equipamentos por não terem internet em condições nas suas casas, referindo que, por vezes, também tem essa dificuldade de acesso à internet, deslocando-se à escola para dar as aulas. Finalizou manifestando tristeza por haver no concelho de Rio Maior quem não saiba aproveitar as oportunidades que lhes são facultadas.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se aos problemas que a Pandemia vai provocando e disse ser com alguma tristeza que verificava o encerramento das empresas de forma sistemática e as montras que perdem a cor, estando todos mergulhados numa profunda crise. Deixou uma palavra de encorajamento a todos os empresários e a todos os riomaiorenses para que, em conjunto, se consiga ultrapassar esta fase, mas terão de ter as ferramentas disponíveis para gerir este problema e focarem-se na retoma e no futuro. Assim, deu conhecimento que se iniciou a um de fevereiro a marcação dos “Caminhos dos Candeeiros” integrados na “Rota dos Caminhos de Fátima” e já se realizaram reuniões com os municípios limítrofes de Caldas da Rainha e Azambuja que manifestaram interesse em integrar este projeto, congratulando-se com a resposta tão rápida, havendo já trabalho que se está a iniciar. Disse ainda que com o município de Azambuja o objetivo é fazer a interligação com os “Caminhos do Tejo” e com o município de Caldas da Rainha, para além de também manifestarem interesse em ligar os “Caminhos dos Candeeiros” aos “Caminhos do Litoral”, iniciou-se também um Protocolo de colaboração Intermunicipal para a dinamização turística e desportiva, estando vários projetos em análise, dado que persiste o sonho, pessoal e coletivo de ligar Rio Maior ao mar, através de trilhos, estando-se a trabalhar nesse sentido. Aditou que Caldas da Rainha, tal como Rio Maior tem investido muito no Desporto e sendo dois municípios que sempre trabalharam em conjunto e que culturalmente são similares, opinou estar na hora de reforçar esse trabalho para bem dos dois territórios.-----

----- Continuou a intervenção dando conhecimento que Rio Maior vai ter uma área de serviço de autocaravanismo em Chãos, o que constitui uma oportunidade para aqueles municípios que pretendem atrair este tipo de turistas e criando as infraestruturas necessárias para os receber, será mais um ponto importante na atração de novos fluxos turísticos para o concelho de Rio Maior. Deu ainda conhecimento que no início do ano entrou em vigor uma nova Lei sobre esta matéria.-----

----- Salientou ainda que foi realizado um levantamento de todos os monumentos culturais com interesse turístico no concelho, com descritores de paisagem para

identificar o monumento e a sua história, com ligação ao site do Turismo, onde o turista poderá, não só aprofundar o seu conhecimento sobre o que está a ver, mas também como planear a sua visita, iniciando-se assim uma fase importante da rede de visitação do concelho. Esta foi mais uma iniciativa que saiu na "Rede Local de Turismo", tratando-se de um pormenor que faz toda a diferença, e que, cada vez mais, prepara o concelho para quem o visita.-----

----- Finalizou a intervenção dando conhecimento que o município, em conjunto com a União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e com a ASFIC - Associação Físico Cultural da Ribeira de São João, estão a envidar todos os esforços para apresentar uma candidatura ao PRID – Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas, para recuperar o Pavilhão da Ribeira de São João e solicitou o apoio da Vereadora Vera Simões dado ser urgente que o Governo prorrogue o prazo para apresentação das mesmas.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente às questões levantadas pela Vereadora Ana Filomena Figueiredo começou por informar que, no respeito ao Programa de Combate ao Insucesso Escolar, a parte quantitativa foi possível fazer. Quanto   parte qualitativa e que exige algum trabalho de colaboração e de ouvir várias entidades com participação em reunião de trabalho, tem estado a ser protelada pelo constrangimento de não poderem reunir presencialmente para que estas questões possam ser debatidas de uma outra forma, ainda assim, uma parte do balanço qualitativo já está feito. -----

----- Quanto ao Plano Estratégico Educativo Municipal, este é por ano letivo, englobando os anos de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, e, não forçando a questão da pandemia como entrave, contudo existem um conjunto de objetivos e atividades que estavam definidos e que foram muito difíceis de concretizar no último ano letivo, situação que ainda se mant m, nomeadamente, naquilo que se refere ao envolvimento da comunidade educativa, com a abertura da escola   comunidade, com a participação em atividades dentro e fora da escola, no entanto considera de assinalar o grande investimento de trabalho feito na altura do desenvolvimento deste Plano e na sua concretização. Frisou ser com muito orgulho que dizem que neste momento todos os alunos do concelho acedem ao mesmo tipo de oportunidades, dado que as estratégias, as ofertas e as atividades que são desenvolvidas no Plano Pedagógico são para todos. Disse ainda que Rede de Parceiros que trabalha com as escolas tem vindo a crescer e a formação que tem vindo a ser promovida para Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, para professores e alunos tem sido trabalhada e melhorada desde dois mil e dezassete. Sobre as taxas fixas disse que ainda não   possível fazer a sua

avaliação final, contudo destacou o trabalho desenvolvido com a Rede de Bibliotecas, o reforço do Parque Etnológico, o investimento nas obras das escolas com a melhoria das condições. Destacou também o longo trabalho feito na interligação entre aquilo que é a competência administrativa e pedagógica, o que tem contribuído para a boa persecução do Plano, contudo, há uma série de atividades que estão definidas enquanto critério para alcançar o objetivo e que poderão ter alguma dificuldade em se concretizar em dois mil e vinte e um, contudo é um Plano que o Executivo pretende continuar a desenvolver e o Conselho Municipal de Educação é chamado a ter uma presença muito importante, assim como a comunidade é chamada a participar no desenvolvimento do mesmo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se ao falecimento de Arlino Santos que foi um Homem que muito deu a Rio Maior, e embora muito distante da sua ideologia política, o que em nada belisca o brilho e o brilhantismo de quem se entrega à causa pública. Referiu que decretou três dias de luto municipal em memória e honra do Senhor Arlino Santos, o que foi uma forma de reconhecimento da sua entrega, referindo que tivera a oportunidade de estar presente nas cerimónias fúnebres e sem desprimor para os outros dois falecidos e muito queridos para Rio Maior, deixava esta menção ao Senhor Arlino Santos por todo o trabalho que desenvolveu em Rio Maior.-----

----- Seguidamente reportou-se à Pandemia e embora com uma tendência descendente, o que ainda não permite um total sossego, porque, diariamente surgem novos casos, pese embora, também diariamente o número de casos recuperados seja superior ao número de casos ativos. Assim, apesar de o confinamento apresentar bons resultados não é a altura de aligeirar as medidas.-----

----- Disse também que o município de Rio Maior está em conversações constantes com a Cruz Vermelha Portuguesa, assim como com todos os agentes da Proteção Civil no sentido de concretizar o ponto de recolha no Pavilhão Multiusos, informando que os testes que ali vão ser realizados são de todo o tipo, o teste rápido e o teste molecular, sendo que este se for pedido através de credencial do SNS não tem qualquer custo.----

----- Relativamente à solução do teste “drive thru” não o defendia porque o Pavilhão Multiusos garante o espaço necessário para quem aguarda, com condições sanitárias para que tudo decorra com a maior segurança possível, com dois gabinetes individualizados. Sobre a solução referida embora tenha sido adotada por alguns concelhos, tendo o município condições para que as pessoas estejam em segurança e façam o teste com outro conforto, foi essa a opção escolhida.-----

----- Quanto ao antigo edifício da Rodoviária do Tejo referiu que projetam instalar naquele local toda a área social da Câmara Municipal, contudo o mesmo precisa de reabilitação com alguma exigência financeira, cerca de duzentos mil euros, daí estar-se

também a aguardar uma oportunidade de financiamento. Aditou que o Executivo está já a trabalhar no projeto que visa fazer a requalificação do espaço, e espera que o mesmo fique concluído brevemente.-----

----- Sobre a rixa que aconteceu na Praça da República referiu tratar-se de uma situação preocupante e deu conhecimento que no próprio dia contactara o Comandante da GNR que lhe disse ter-se tratado de uma rivalidade entre lojas, não havendo para já a necessidade de solicitar superiormente reforço de patrulhamento. No entanto o Executivo está a acompanhar a situação e solicitou de imediato um reforço da fiscalização na Praça da República.-----

----- Seguidamente reportou-se às questões sociais e quanto ao Senhor Eugénio frisou que tudo o que a Câmara Municipal pode fazer, está a ser feito diariamente, e não gostaria que houvesse uma situação destas em Rio Maior, contudo, é um caso que, como tantos outros no País, não depende do município, mas sim da Segurança Social. Salientou a prestação da Técnica desta Instituição que faz o acompanhamento da situação que está referenciada pelo município há muito tempo. Disse ainda que, contrariamente ao que se diz, ele aceita a ajuda e está disponível para ir para um Lar, acontece que essa vaga ainda não surgiu. Assim, solicitou a intervenção dos Vereadores do PS, para junto do Governo, fazerem uma “saudável” pressão para solucionar este problema.-----

----- Ainda no uso da palavra e sobre o suposto sem abrigo nas Marinhas do Sal, referiu que a Câmara está sempre atenta a estas situações e assim que o vídeo foi divulgado, de imediato, uma equipa da Câmara Municipal se deslocou ao local para fazer o enquadramento do caso e analisar o que poderia ser feito. Verificaram que não pernoitava habitualmente no local e quando foi abordado informou as Técnicas de que não precisava de ajuda e mostrou as chaves de casa. Aditou que, segunda informação recolhida no local, a pessoa em causa trabalhou na Cooperativa dos Produtores de Sal, mas não reside nas Marinhas do Sal, no entanto é uma preocupação porque em situações menos próprias, por vezes, pernoita fora da sua residência. A Câmara vai continuar a acompanhar o assunto.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu-se ao setor da Educação e sobre os computadores, começou por reiterar o agradecimento à Vereadora Ana Filomena Figueiredo, afirmando que, embora a Câmara Municipal, deva encontrar soluções para que os alunos do seu concelho possam ter as melhores condições, lembrou que, por parte do Governo, foram negociados cerca de trezentos mil computadores para entregar às escolas, o que ainda não aconteceu, daí a Câmara ter feito, em março passado, a entrega de mais de cem computadores. Também já tinha entrega dezenas de “Tablet’ s” e irá continuar a dar esse apoio para que nenhum aluno fique excluído. Disse ainda que, enquanto

cidadãos, não se tem só direitos, e, se o Governo criou condições alternativas para os alunos que nas suas residências não as têm, e assim poderem participar nas aulas e terem igualdade de oportunidades, sendo os próprios Encarregados de Educação que rejeitam esse apoio. Disse que, apesar de compreender os receios com a Pandemia, no entanto não tinha dúvidas de que as escolas têm condições para terem os seus alunos, em segurança e o sistema de ensino tem definidas condições para que todos tenham acesso ao ensino à distância. Referiu que não se pode ser um País só de direitos relevando esta medida do Governo.-----

----- Quando ao Programa Nacional “Desporto para Todos” referiu que a Câmara Municipal já fez a divulgação do mesmo por todas as Associações do Concelho e houve uma formação sobre o mesmo a que os técnicos municipais assistiram para assim apoiarem as Associações.-----

----- Retomou a questão das comunidades migrantes referindo que a ligação tem sido feita de forma continuada através do CLAI e CLDS, duas Instituições da área social que acompanham diariamente a integração destas comunidades. Opinou que os problemas de integração demorarão menos tempo com esta comunidade, do que com comunidades anteriores, como a ucraniana e brasileira, e, se esta tinha a facilidade da língua, a disponibilidade de participação destas comunidades na Educação, quer de adultos, quer de crianças, é notória. Referiu que, por exemplo, na Escola Secundária, centenas de alunos, adultos e crianças originárias destes países, estão disponíveis para fazer parte do sistema educativo, o que facilita muito a sua integração na cultural portuguesa e europeia. Disse ainda que a aculturação desta comunidade dever ser uma preocupação de todos e não poderá ser dito que se trata de uma comunidade violenta, salientando que são empreendedores e representam também muita mão-de-obra para as empresas riomaiorenses.-----

----- Quanto à Escola Profissional de Rio Maior informou que a mesma tinha equipamentos disponíveis. Disse ainda que, com a assunção de prejuízos e com a consequente transferência de cerca de quinhentos mil euros para a Escola, esta não está numa situação vulnerável e poderá assumir a compra de equipamentos. Salientou o acompanhamento de toda a situação por parte da Câmara, através do Vice-Presidente, que faz essa interligação.-----

----- Seguidamente passou a ler os Votos de Pesar pelo falecimento de António Duarte Gomes, Arlino Ferreira dos Santos e Padre António Augusto Gonçalves Diogo-----

-----**Votos de Pesar**-----

-----**Voto de Pesar** pelo falecimento de António Duarte Gomes, que leu: -----

-----Faleceu no passado dia 24 de janeiro um homem que se dedicou, nos primeiros anos do poder local democrático, enquanto pessoa e autarca, à Freguesia de

Fráguas e ao Concelho de Rio Maior. António Duarte Gomes deixou-nos aos 81 anos. Natural da Freguesia de Fráguas, foi eleito como seu Presidente da Junta no mandato de 1977-1979, cargo onde pôs em prática a sua vontade abnegada de servir a freguesia e as suas populações. -----

----- Nestes anos de importante desenvolvimento no meio rural, pela ampliação da cobertura das infraestruturas básicas, seja pela construção de outras, foi de uma incansável entrega, sendo, ainda hoje, uma referência para muitos. -----

----- Assim, pela sua dedicação e empenho na vida pública, proponho que a Câmara Municipal de Rio Maior aprove o presente voto de pesar pela perda que representa para o concelho. -----

----- Por todo o exposto a Câmara Municipal de Rio Maior aprova este Voto de Pesar, expressando publicamente as suas sentidas condolências à família e amigos de António Duarte Gomes, em nome de todos os Riomaiorenses. -----

----- Este voto deve ser dado conhecimento à família enlutada e à Comunicação Social.-

----- Colocada a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes e guardado um minuto de silêncio. -----

----- **Voto de Pesar** pelo falecimento de Arlino Ferreira dos Santos, que leu: -----

----- Faleceu no passado dia 29 de janeiro um homem que muito honrou o nome de Rio Maior, Arlino Ferreira dos Santos, deixou-nos aos 84 anos. -----

----- Natural de Vendas Novas, cedo veio para Rio Maior e aqui estudou, trabalhou e viveu durante toda a sua vida. Participou ativamente na vida pública do concelho, era militante do Partido Socialista desde 1974 e era o último membro (ainda vivo) da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Rio Maior de 1974 a 1976. -----

----- Participante ativo na vida cívica e política do concelho, foi Vereador da Câmara Municipal nos mandatos de 1974-1976 e 1977-1979; membro da Assembleia Municipal nos mandatos de 1980-1982, 1983-1985, 1986-1989 e 1990-1993, e, ainda, Presidente deste órgão deliberativo nos mandatos de 1994-1997, 1998-2001 e 2002-2005. -----

----- Em 1990 a Câmara Municipal de Rio Maior fez-lhe a devida homenagem nas comemorações do Feriado Municipal em reconhecimento da sua extensa e empenhada atividade política local e pelo percurso de vida dedicada a causas públicas e justas. ----

----- Assim, pela sua carreira e dedicação à causa pública, com importante marca para a cidade de Rio Maior, proponho que a Câmara Municipal de Rio Maior aprove o presente voto de pesar pela perda inestimável para o concelho. -----

----- Por todo o exposto a Câmara Municipal de Rio Maior aprova este Voto de pesar, expressando publicamente as suas sentidas condolências à família e amigos de Arlindo Ferreira dos Santos, em nome de todos os Riomaiorenses. -----

----- Este voto deve ser dado conhecimento à família enlutada e à Comunicação Social.-

----- Colocada a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes e guardado um minuto de silêncio. -----

----- **Voto de Pesar** pelo falecimento de Padre António Augusto Gonçalves Diogo, que leu: -----

----- Foi com profundo pesar que o Município de Rio Maior tomou conhecimento do falecimento do Padre António Augusto Gonçalves Diogo, presbítero da Diocese de Santarém, no passado dia 30 de janeiro, aos 84 anos. -----

----- Nascido em Casteleiro, Sabugal (Diocese da Guarda), a 5 de junho de 1936, o falecido sacerdote foi ordenado a 15 de agosto de 1963, em Lisboa, pelo Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, para o serviço do Patriarcado de Lisboa, após ter frequentado os Seminários do Patriarcado: Seminário de Santarém, São Paulo de Almada e Cristo Rei dos Olivais, tendo desempenhado o seu ministério em várias paróquias da Diocese de Santarém, após a sua criação, servindo grande parte do seu dedicado ministério na vigaria de Rio Maior. -----

----- Por todos reconhecido como um sacerdote profundamente marcado por uma consciência agradecida do dom do sacerdócio, teve no ministério a única prioridade da sua vida, vida essa enraizada em Cristo e no amor muito vivo a Nossa Senhora. -----

----- O seu longo percurso de serviço à Igreja é sobejamente reconhecido por todos, assim como as suas qualidades enquanto pastor, pelo acolhimento, pela atenção às necessidades das pessoas e pela sua pronta disponibilidade para todos. -----

----- Por isso mesmo, em 2008, a Câmara Municipal de Rio Maior fez-lhe a devida homenagem nas comemorações do Feriado Municipal atribuindo-lhe a medalha de grau prata pelos seus contributos no campo humanitário e, em 2013, assinalou os cinquenta anos da sua ordenação presbiteral, aprovando um voto de congratulação e atribuindo-lhe a medalha da cidade. -----

----- Assim, pelo grande ser humano e exemplo de amor a Deus e aos homens, pela sua carreira marcada pela abnegação em prol dos valores espirituais, fraternos e coletivos que a tantos marcou, proponho que a Câmara Municipal de Rio Maior aprove o presente voto de pesar pela perda inestimável que o seu falecimento representa. -----

----- Por todo o exposto a Câmara Municipal de Rio Maior aprova este Voto de pesar, expressando publicamente as suas sentidas condolências à família, amigos e à Diocese de Santarém pelo falecimento de Padre António Augusto Gonçalves Diogo, em nome de todos os Riomaiorenses. -----

----- Este Voto deve ser dado conhecimento à família enlutada, à Diocese de Santarém e à Comunicação Social. -----

----- Colocada a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes e guardado um minuto de silêncio. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 5/2021 - REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CASA POETA RUY BELO – ESCLARECIMENTOS | PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 5/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 22 de janeiro de 2021, pelo qual se determinou: -----

----- A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, pelo período de 5 (cinco) dias contados da presente notificação aos interessados; -----

----- A publicitação imediata da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 7/2021 – LUTO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE ARLINDO FERREIRA DOS SANTOS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 7/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 29 de janeiro de 2021, pelo qual se decretou: -----

----- Três dias de luto Municipal pelo falecimento de Arlindo Ferreira Santos, o qual foi publicamente manifestado através do hastear da bandeira Municipal a meia haste, no edifício dos Paços do Concelho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 8/2021 – AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – 2ª FASE – RETIFICAÇÃO DAS QUANTIDADES DE ILUMINARIAS POR TIPOLOGIAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 8/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 3 de fevereiro de 2021, pelo qual se determinou: -----

----- A aprovação da minuta de Adenda ao Contrato n.º 10/2020/F, através da qual se

procede à retificação das quantidades de luminárias por tipologias, de acordo com a tabela anexa ao mesmo e do qual é parte integrante. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO Nº 9/2021 – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES LETIVAS PRESENCIAIS – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 9/2021, de 5 de fevereiro, pelo qual se determinou: -----

----- Por motivo de força maior e ao abrigo da alínea a) do artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos suspender: -----

----- Contrato Nº59/2020/PS - Concurso Público para fornecimento - Transportes Escolares ano letivo 2020/2021, foi em 17/09/2020, celebrado contrato com a Rodoviária do Tejo, S. A., referente aos Lote 1 e 2 – Circuitos Especiais Escolares;-----

----- Contrato Nº58/2020/PS – Consulta Prévia – Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021 – Serviço de Táxi, foi em 17/09/2020, celebrado com Luís Manuel Conceição e Santos, representante legal Táxis Luís M. C. Santos Lda.; -----

----- Por Requisição de Serviços – Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021 – Serviço de Táxi, em 17/09/2020 a António do Rosário Frazão Lda.;

----- Por Requisição de Serviços – Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021 – Serviço de Táxi, com início em dezembro de 2020 a António do Rosário Frazão Lda.; -----

----- Processo Nº 122/2020 – Ajuste Direto para fornecimento - Aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2020-2021- adjudicado a Horácio Barreiro - Frutas, Lda., por deliberação em reunião de Câmara do dia 11 de dezembro de 2020, iniciando a 01/01/2021; -----

----- Contrato Nº 2/2021/F – Ajusto Direto para fornecimento – Aquisição de Leite Escolar e Produtos Lácteos para o ano letivo 2020/2021, celebrado em 04/01/2021, com A. Marques, Lda. -----

----- A Câmara Municipal delibera ainda que esta suspensão vigore pelo período necessário até ao seu restabelecimento, nos termos que legalmente vierem a ser determinados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO II – RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2021 -**

ANULAÇÃO DE FATURAS/RECIBO -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações e pareceres emitidos, autorizar a anulação das faturas/recibo n.º 020/159, n.º 020/155 e n.º 020/156, de 26/11/2020, todas no valor de 20,00 €, emitidas às empresas Elitefitness,Lda., Riosiprex, Lda. e Susano e Rosa, Lda., respetivamente. ----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO III - RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2021 - ANULAÇÃO DE FATURA / RECIBO. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações e pareceres emitidos, autorizar a anulação da fatura /recibo n.º 020/172, de 26/11/2020, no valor de 680,00 €, emitida à empresa António Fernando Neves, Lda.

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO IV - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES- REFERENTE A FORNECIMENTO DE ÁGUA -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar o pagamento das faturas relativas aos processamentos de junho e julho/ 2020, no valor total de 787,32€, (setecentos e oitenta e sete euros e trinta e dois cêntimos), em 24 prestações mensais, com início de pagamento em fevereiro de 2021, de acordo com o plano de pagamento.-

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO V - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES REFERENTE A FORNECIMENTO DE ÁGUA -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, Autorizar o pagamento da fatura relativa ao processamento de novembro /2020, no valor total de 225,11€, (duzentos e vinte cinco euros e onze cêntimos), em 4 prestações mensais, com início de pagamento em Março de 2021, de acordo com o plano de pagamento.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VI - APOIO FINANCEIRO PARA OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DO CENTRO DE DIA – SUBSTITUIÇÃO DE CLARABOIA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, Atribuição o apoio financeiro à Associação “Centro Convívio e Recreio do Outeiro da Cortiçada”, no montante de € 9 000 (nove mil euros) para a concretização de obras de substituição de clarabóia. -----

----- Ainda sobre a proposta apresentada referiu que os Centros de Dia lutam com grandes dificuldades e a Câmara tem dado alguns apoios ao seu funcionamento, sendo que este é um apoio financeiro para a concretização da substituição da clarabóia existente no Edifício.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - LIBERAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA – REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR.**---

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar o cancelamento da Garantia Bancária n.º 629/10, emitida em 30 de julho de 2010, pela Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, no montante de € 138 768,93 (cento e trinta e oito mil setecentos e sessenta e oito euros e noventa e três cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VIII - PROJETO DE REGULAMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO DE AUTOCARAVANAS DE CHÃOS | ALCOBERTAS – INÍCIO DE PROCEDIMENTO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e de acordo com o previsto no art.º 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento da Área de Serviço de Autocaravanas de Chãos, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município. -----

----- Mais Deliberou delegar no Chefe de Divisão da Unidade de Desporto, Cultura e Turismo a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado Código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas.-----

----- Ainda sobre este ponto fez o seu enquadramento e referiu que dotar a localidade

de Chãos desta área de serviço seria, no imediato, a melhor escolha, mas com a ressalva de novos investimentos nesta área noutros locais.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente a este assunto referiu que este investimento que a Câmara Municipal irá fazer resulta de uma candidatura apresentada a um programa do Governo e da Entidade de Turismo do Ribatejo e do Alentejo, sendo que noutras zonas do País onde o turismo é muito massificado, muitas zonas têm sido fustigadas negativamente por este tipo de atividade que não tem sido regulada, havendo em alguns locais, autênticas “milícias populares” de controlo da utilização do autocaravanismo, nomeadamente em Parques Naturais, na Costa Vicentina, entre outros locais. Disse ainda que as pessoas poderiam pensar que este tipo de turismo possa degradar o património. Referiu que Rio Maior não vai correr esse risco porque não é uma zona de turismo massificado, no entanto, poder-se-á dizer que esta localização não está próxima dos centros urbanos, dado ser usual que assim seja, contudo, a localização em Chãos parecia-lhe correta porque está integrada numa freguesia inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e porque o que se pretende potenciar é o Turismo de Natureza, o Turismo Ambiental e o Ecoturismo, o qual é procurado por estes turistas. Congratulou-se com esta iniciativa da Câmara Municipal e espera que assim Rio Maior passe a constar nos mapas e rotas do autocaravanismo.-----

----- Ainda sobre esta proposta questionou se já existia projeto para este parque e se o mesmo lhe poderia ser enviado por email, questionando também qual a sua área e quantas autocaravanas poderá acolher e ainda, se tem alguma vertente de Campismo.-

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Interveio para questionar qual a data previsível para que esta área de Serviço de Autocaravanas de Chãos entre em funcionamento.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre as questões levantadas começou por informar que a área em causa não prevê campismo. Disse ainda ao Vereador Daniel Pinto que lhe seriam enviadas plantas com as imagens relativas ao espaço onde vai ser implementado e qual vai ser o enquadramento da área de serviço.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Começou por dar conhecimento que por exigências do Turismo de Portugal o projeto foi objeto de algumas alterações dado que os outros locais não correspondiam às exigências que passaram a existir e também por estratégia do Executivo. Informou que o parque terá capacidade para albergar cinco autocaravanas, contemplando também uma área para merendas, sendo exclusivo para autocaravanismo.-----

----- Quanto à localização do projeto referiu que o objetivo era também apoiar a economia local e Chãos tem minimercado, restauração e cafetaria e numa perspetiva de dinamização do Turismo de Natureza, aquela é uma zona de excelência de “trilhos” e de oferta turística de exploração da natureza.-----

----- Sobre o prazo de execução da obra deu conhecimento que a expectativa é de que em julho a obra esteja concluída e que no mês de agosto o parque entre em funcionamento.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra salientou que aquele local foi escolhido devido à proximidade das infraestruturas de saneamento e energia elétrica, o que facilita muito e embaratece a instalação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IX – ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE ÁREA EM ESPAÇO PÚBLICO | REGIME EXCECIONAL NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, como medida de apoio no âmbito do combate às consequências económicas resultantes da pandemia da doença COVID-19 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual redação: -----

----- Conceder a isenção total das taxas referentes às áreas ocupadas no espaço público nos termos do regulamento de publicidade, outras ocupações de espaço público e mobiliário urbano do Município de Rio Maior, a todos os estabelecimentos que estejam abrangidos pelas medidas extraordinárias de suspensão e restrição de atividade, com efeitos a partir da presente data e até ao final do ano civil em curso; -----

----- A anulação da receita arrecadada e prevista com a emissão das faturas respeitantes a estas taxas constantes dos mapas que constituem a presente proposta e consequente restituição dos valores já pagos. -----

----- Sobre esta proposta desejou a todos os empresários do concelho de Rio Maior que mantenham a resiliência e a capacidade de autossuperação porque a Pandemia irá terminar e todos vão voltar a singrar.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO X - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA – SÃO JOÃO DA RIBEIRA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro

ao “Centro Social Paroquial de São João Baptista – São João da Ribeira”, no montante de € 5.000 (cinco mil euros) para a aquisição de viatura. Tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público e comunitário que representa a aquisição desta viatura para os utentes da instituição e para o concelho de Rio Maior. -----

----- Sobre esta proposta de apoio salientou que este Centro Social, à semelhança de outros Centros, deixou de ter a possibilidade de ter os seus utentes nas instalações, razão pela qual teve de incrementar o serviço de apoio domiciliário e assim levar aos seus utentes a manutenção da qualidade de vida a que estes estavam habituados. Para tal houve a necessidade de equipar o Centro de Dia com uma carrinha que, permitisse, a custos razoáveis, prestar este serviço que não estava previsto inicialmente nas contas da Instituição. -----

----- Deixou também um agradecimento à Segurança Social que decidiu, ainda na primeira fase da Pandemia, majorar os apoios aos Centros de Dia como se todos os utentes estivessem nesse período em cuidado domiciliário, medida com a qual se congratulou. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto** do Presidente da Câmara subscrita pela Vereadora **Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** e pelos Vereadores **Daniel Alexandre Pulquério Pinto, João António Lopes Candoso e Miguel Filipe da Silva Santos**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “A todas estas pessoas que fazem este trabalho social e no Centro Social Paroquial de São João Batista, englobar todas as outras Instituições do Concelho que têm sido, no combate à Pandemia, verdadeiros heróis e verdadeiros combatentes, conseguindo levar conforto aqueles que estão mais fragilizados e que não têm condições para, por si, e pela sua estrutura familiar, poder ter uma vida tão digna. É a todos estes Homens e Mulheres que fazem este trabalho de forma totalmente voluntária, e às suas Direções, que deixo o meu agradecimento”. -----

----- **PONTO XI - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO: ANO LETIVO 2020/2021 – ADITAMENTO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silvano, no valor de 16,80€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS DO**

CONCELHO – LOTE 1: E.B.I. MARINHAS DO SAL; LOTE 2: E.B.I. FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA – PROCESSO N.º 14/2021/CP -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pelo Serviço de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas e respetivo parecer do Senhor Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas: -----

----- A abertura de procedimento de concurso público ao abrigo da alínea b) do art. 19.º do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), para realização da empreitada de Reabilitação das Escolas Básicas Integradas do Concelho – Lote 1: EBI. Marinhas do Sal; Lote 2: EBI Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 1 688 552,29 (um milhão seiscientos e oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois euros e vinte e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos seguintes lotes:-

----- Lote 1 – EBI Marinhas do Sal, pelo preço base de € 700 873,64 (setecentos mil oitocentos e setenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 2 – EBI Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 987 678,65 (novecentos e oitenta e sete mil seiscientos e setenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Designar, nos termos do n.º do art. 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: -----

----- Presidente: Ricardo Rosário, Chefe de Divisão da UOPEI -----

----- Vogais: Álvaro Samora, Técnico Superior -----

----- João Paulo Batista, Técnico Superior -----

----- Suplentes: Rute Lucas, Técnica Superior -----

----- Ana Carreira, Assistente Técnica -----

----- Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento; -----

----- Aprovação das peças do procedimento, incluindo a minuta do anúncio, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP; -----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, designar o Técnico Superior, Álvaro Samora, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- Seguidamente congratulou-se com a proposta apresentada, a qual vai permitir que os alunos destas escolas possam ter uma maior qualidade no seu ambiente escolar. São dois grandes projetos que visam melhorar as infraestruturas das escolas, altamente

degradadas pelos anos, ao nível das canalizações e também ao nível da eficiência energética. Opinou que este gasto deverá ser visto como um verdadeiro investimento, não só ao nível do bem-estar e saúde, mas também, quanto à gestão eficiente do espaço, tornando a eficiência energética mais regrada, com melhor qualidade e que permitirá, futuramente, um menor esforço financeiro na gestão energética daqueles edifícios. Disse ainda que assim se vai resolver também um problema existente desde a criação da Escola Básica Fernando Casimiro Pereira da Silva, ou seja, a criação de um espaço para que as aulas de Educação Física possam ocorrer num local coberto e ao abrigo das intempéries, e esta intervenção prevê também a cobertura do campo polidesportivo que existe a tardoz da DESMOR e que serve este Agrupamento de Escolas. Aditou que o objetivo posterior será construir um pavilhão, sendo a sua projeção em duas fases, porque o montante reprogramado dos Fundos Comunitários já não absorvia a construção total de um pavilhão com todas as condições para a prática desportiva, sendo que o mesmo terá uma segunda valia, que permitirá que, quando não houver aulas, o espaço seja utilizado pela empresa DESMOR, otimizando assim a sua utilização.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Agradeceu o enquadramento feito pelo Presidente da Câmara sobre o ponto em análise e questionou se haveria a possibilidade de consultar os projetos com mais detalhe.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que a documentação era extensa, no entanto iria solicitar que os projetos fossem enviados a todos os Vereadores de forma digital.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XIII - PROJETO DE REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA OBRA DE RUY BELO - APROVAÇÃO.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com o projeto de regulamento apresentado e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal .-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que era apenas o portador de uma mensagem de futuro para o concelho de Rio Maior e que vai ao encontro de uma tendência nacional e internacional de valorização do património, da cultura e principalmente do turismo literário, sendo esta uma aposta cada vez maior por parte dos municípios em geral, para assim atrair mais

turistas, incrementando a autoestima e um sentimento de pertença da comunidade riomaiorense, perante um Riomaiorense distinto, que foi Ruy Belo. Recordou que na anterior reunião de Câmara tivera a oportunidade de sugerir a publicação de um estudo sobre a tese de doutoramento em direito canónico deste escritor, apresentada em mil novecentos e cinquenta e oito, na cidade de Roma, e provavelmente foi o primeiro riomaiorense a obter este grau académico.-----

----- Ainda no uso da palavra, e sobre a proposta apresentada, referiu que o processo avançou e lamentou que a Câmara Municipal nos últimos anos não tivesse realizado o prémio de poesia Poeta Ruy Belo como ele fora criado em dois mil e nove e disse ainda que nunca percebera a razão de o mesmo ter sido interrompido. Aditou que tem defendido a sua continuidade e essa opção de investimento na área da cultura, seja na recuperação da Casa Poeta Ruy Belo, seja na atribuição deste prémio, relançando o tema Ruy Belo e colocando Rio Maior no Mapa da literatura e do turismo literário. Disse ainda que sempre demonstraram total disponibilidade para colaborar e partilhar ideias com o Executivo, recordando também algumas reuniões de trabalho com a Vereadora Ana Filomena Figueiredo e com o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, opinando que seria fantástico haver este projeto conjunto, dado o peso histórico, patrimonial e turístico deste município.-----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que o trabalho conjunto quanto à reestruturação deste Prémio, não aconteceu, apenas trocaram algumas opiniões nas reuniões de Câmara e dissera mesmo que não concordava com algumas questões técnicas, nomeadamente, considera que o Regulamento não é muito claro quanto ao tipo de prémio que vai ser atribuído, assim como a modalidade do prémio também não está definida. Opinou que não fazia sentido o que consta no número dois do artigo quinto do citado Regulamento, considerando que vai ser muito redutor e que o município não vai conseguir atribuir o prémio porque dificilmente alguém apresentará um livro sobre a vida e a obra do poeta.-----

----- Também não concordava com o que estava definido no artigo sexto e quanto à formalização das candidaturas, disse ser raro o prémio literário onde se exige o currículo dos concorrentes e também não concordava que não estivessem definidos as datas e os montantes dos prémios, o que iria dificultar a sua atribuição. Disse ainda que não considerava oportuno que o Presidente da Câmara ou o Vereador fizessem parte da constituição do júri. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos sobre a bolsa de investigação a uma instituição de ensino porque ao fazer a leitura ficara com a ideia de que se tratava de mais um prémio de reconhecimento.-----

----- Finalizou a intervenção congratulando-se com a proposta apresentada, mas não

podia deixar de manifestar algum desalento considerando as questões já referidas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção recordando a reunião de Câmara do passado dia vinte e sete novembro e na altura fizera referência à necessidade de materializar a obra de Ruy Belo, e sobre este Regulamento para a Promoção e Divulgação da sua obra, disse que concordava na íntegra com a análise feita pelo Vereador Daniel Pinto, sugerindo que este Regulamento pudesse ser o ponto de partida para uma constante melhoria do mesmo, de acordo com a experiência adquirida ao longo da sua implementação, sugerindo ainda que fosse criado um outro Regulamento para que a Obra de Ruy Belo fosse abrangente a outras artes, nomeadamente, à arte plástica. Disse que entendia que um verdadeiro artista, consegue através de um texto ou de uma poesia, materializar a sua mensagem. Referiu ainda que lhe parecia ser um projeto interessante e diferenciador dos outros prémios literários, que a Câmara Municipal de Rio Maior procedesse à criação de um Prémio para a materialização da obra de Ruy Belo, através das artes plásticas, sendo uma forma de chamar escultores, pintores e tantas outras artes que existem, sendo também uma forma de enriquecer o património do concelho, sugerindo mesmo que essas “obras” fossem espalhadas pelo território concelhio.-----

----- Terminou referindo que iria votar favoravelmente a proposta apresentada, sempre na expectativa de que haja a sua constante monitorização e análise regulamentar. Disse mais uma vez ser muito importante que fique registada a análise feita pelo Vereador Daniel Pinto, a qual subscrevia na íntegra.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Começou por se associar ao orgulho transmitido pelo Presidente da Câmara pela forma como o trabalho vem sendo realizado e a valorização que é feita do património material e imaterial na cultura e na obra de Ruy Belo, no autor e na Terra onde nasceu o poeta, salientando a forma como pretendem ligar a Cultura e o Turismo, para que se veja de uma forma diferente, aquilo que é o Turismo Literário. Disse que também pretendem criar a possibilidade de haver, para além de uma Rota de Turismo Literário, também um património que se vá associado a este autor. -----

----- Aditou que embora os Regulamentos estejam sempre abertos a constante revisão, disponibilizou-se para fazer uma reunião conjunta, para abordar a possível expansão a outro tipo de artes, como as artes plásticas, sendo que este Regulamento também funciona com ponto de partida, daí o facto de se tentar que o trabalho de investigação que possa ser premiado, ou a obra que possa ser criada, seja em torno do autor ou da cidade. Disse também que estão em constante aprendizagem e aquilo que se pretende é criar diferentes oportunidades e iniciativas culturais para a comunidade riomaiorense e que tragam até Rio Maior outro tipo de interesses, sensibilidades e de leituras, portanto

irão avançar com outras reuniões de trabalho.-----

----- Quanto ao currículo disse que o mesmo não é um impeditivo da participação, apenas é solicitado para formalizar a candidatura. Relativamente ao facto de a bolsa ser concedida posteriormente, poderia ser feita uma outra leitura, uma vez que não está taxativo que só posteriormente ao trabalho desenvolvido, é que a bolsa será entregue, clarificando que é preciso a apresentação de uma proposta de trabalho e não tem que ser num trabalho final, no entanto, a questão será analisada, caso isso seja considerado premente. -----

----- Terminou afirmando que todos devem estar felizes e orgulhosos com a apresentação deste primeiro projeto de Regulamento e entendê-lo como uma base de trabalho posterior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu que o objetivo da Câmara Municipal é que este primeiro Regulamento possa ser sempre melhorado, conforme se adquira experiência e Know-How, e, como tal, todos os contributos são bem-vindos, sempre no intuito de o melhorar. Disse ainda, e sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto, que o Executivo tinha recebido da Câmara Municipal de Sintra, um email a dar conhecimento que o seu Gabinete Jurídico dera parecer negativo à realização de um prémio conjunto entre as duas Câmaras Municipais, que se baseia no facto do Regulamento da Câmara Municipal de Sintra não permitir a realização de um prémio conjunto, contudo, havendo vontade política, estas situações são contornáveis, estando o ónus negativo do lado da Câmara Municipal de Sintra, mas irão continuar com as conversações.-----

----- Recordou que numa reunião de Câmara de outubro do ano transato, solicitara ao Vereador Daniel Pinto, para apresentar por escrito, contributos para a elaboração do Regulamento, o que não aconteceu. Disse ainda que não foram constituídos grupos de trabalho para a partilha de ideias e apenas foi trabalhado com os Vereadores que têm pelouros, no entanto, apesar das imprecisões que apontou na proposta de Regulamento, acredita que o Vereador está feliz com a sua apresentação e sempre na perspetiva de melhorar o mesmo para a dignificação da obra do Poeta e da Cultura riomaiorense. Aditou que se ao longo do tempo não foi tratado com a dignidade que merecia, referindo que este Executivo a que tinha a honra de presidir, tem dado passos significativos nessa dignificação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **cinco votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões**. -----

----- **Declaração de Voto** do Vereador **Daniel Alexandre Pulquério Pinto** subscrita pela Vereadora **Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos pelo sentido de voto da abstenção porque estamos totalmente a favor da realização do prémio Poeta Ruy Belo, um assunto e um tema pelo qual nós lutamos há muitos anos, cerca de quinze/vinte anos, em que nos debatemos para que os investimentos da Câmara Municipal de Rio Maior na área da Cultura e na área da Literatura, sejam materializados. -----

----- Com este voto de abstenção, no fundo, manifestamos a nossa discordância e o nosso desconforto sobre a oportunidade e sobre a pertinência de alguns pormenores técnicos do Regulamento. Oxalá estejamos enganados, mas a ser assim, e da forma que o Regulamento está escrito, dificilmente o prémio terá sucesso. Desejamos que corra tudo bem e que seja uma boa primeira edição, e, não obstante, como disse o Senhor Presidente, e bem, que este Regulamento possa ser revisto de tempos a tempos e possa ser melhorado.”-----

----- **PONTO XIV - EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DA MOAGEM E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE -PROC. N.º 78/2020/CP –ADENDA AO CONTRATO N.º 73/2020/E -----**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Unidade Jurídica e Contratação Pública, nos termos do artigo 98.º do CCP, aprovar a minuta da adenda ao contrato n.º 73/2020/E celebrado no dia 3 de dezembro de 2020, com a empresa Solmaior, Lda. para execução da empreitada Requalificação da Moagem e Requalificação da Envolvente-----

----- Seguidamente manifestou orgulho pela sua apresentação, pois representa progresso para Rio Maior e disse que em boa hora a Câmara Municipal decidiu investir na Zona Ribeirinha da cidade, dando-lhe uma outra vida. Disse ainda que o atual Executivo olhou para aquela moagem cujo imóvel foi adquirido pelo Executivo presidido por Isaura Moraes, achando que era uma prioridade fazer investimento no mesmo, até porque, se assim não fosse, iria haver um bom parque urbano, mas com um imóvel não requalificado. Salientou que esta infraestrutura que fica ao dispor dos riomaiorenses e de todos aqueles que queiram visitar o concelho, está perfeitamente enquadrado numa nova zona que trará mais um ponto de centralidade à cidade.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com **cinco votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões.** -----

----- **PONTO XV - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA DESMOR, EM SA | QUADRIÉNIO 2021/2024-----**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos d-

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual, e artigo 22.º, n.º 1 dos Estatutos da Desmor, EM, SA, propor à Assembleia Municipal de Rio Maior, para aprovação por este órgão, da designação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Rosa Lopes, G. Mendes e Associado, SROC”, como Fiscal Único da empresa Desmor, EM, SA. para o quadriénio 2021-2024, representada por José de Jesus Gonçalves Mendes - Sócio responsável, Revisor Oficial de Contas n.º 833 e Carlos António Rosa Lopes - suplente, Revisor Oficial de Contas n.º 645. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- O Vereador **João António Lopes Cadoso**, ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XVI - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO | EPRM, LDA, EM | QUADRIÉNIO 2021/2024**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual, e artigo 19.º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM, propor à Assembleia Municipal de Rio Maior, para aprovação por este órgão, da designação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Pão Alvo & Associado, SROC, Lda., como Fiscal Único da empresa Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM, para o quadriénio 2021-2024, representada por José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo, inscrito na OROC com o n.º 1408. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- O Vereador **João António Lopes Cadoso**, ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador **João António Lopes Cadoso**, regressou à sala de Reuniões de Câmara. -----

----- **PONTO XVII - PEDIDO DE CERTIDÃO DA REUNIÃO DE REQUISITOS PARA DESTAQUE DE PARCELA - RUA DAS FLORES – RIO MAIOR – PROC.º Nº 276/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 1343 de 21/01/2021, e informação técnica com o registo n.º 1262, de

20/01/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 480,00m² do prédio descrito na CRP sob o n.º 9768/20111226 e inscrito na matriz predial com o art.º 13107-P da freguesia de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XVIII - PEDIDO DE CERTIDÃO DA REUNIÃO DE REQUISITOS PARA DESTAQUE DE PARCELA – ASSEICEIRA – RIO MAIOR – PROC.º Nº 275/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 2644 de 08/02/2021, e informação técnica com o registo n.º 1215, de 19/01/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 1.488,00m² do prédio descrito na CRP sob o n.º 191/19940630 e inscrito na matriz predial sob os art.ºs 631-P (urbano) e 24 da secção CP (rustico) da freguesia de Asseiceira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XIX - RECEÇÃO DEFINITIVA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO QUINTA DO SANGUINHAL - ZONA INDUSTRIAL - PARQUE DE NEGÓCIOS – RIO MAIOR – PROC.º Nº 2/2011**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 2594 d e 05/02/2021 e auto de vistoria n.º 4/2020 com o registo n.º 16749, de 03/12/2020, e de acordo com o requerido, aprovar a receção definitiva das obras de urbanização, executadas no âmbito da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 1/2009, Parque de Negócios, e simultaneamente libertação da caução a estas associada, prestada por garantia bancária. -----

----- A propósito da proposta apresentada referiu que ao longo deste último ano o Executivo tem tido um papel importante na divulgação e captação de investimento, através da empresa Depomor. Disse ainda que nos últimos oito meses, se conseguiu concluir a venda de cerca de cinco lotes e igual número estão em negociação, com previsão de conclusão do negócio a breve trecho. Assim, Rio Maior está a conseguir fixar empresas e quando tal acontece, também se fixam pessoas. Assim, congratulou a Administração da Depomor, a quem agradeceu os bons serviços prestados, uma empresa que vive com dificuldades, com uma estrutura pesada ao nível da dívida, mas

que lentamente está a dar os passos certos na sua dinamização. Acredita que será possível dinamizar, rentabilizar e viabilizar a Depomor num curto horizonte temporal, considerando os acordos desenvolvidos na Administração e na Assembleia da Empresa, e, também na esperança, que mais cedo do que tarde Rio Maior tenha um Parque de Negócios completamente desenvolvido e a criar riqueza em Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para questionar se já se realizara a reunião com os responsáveis da empresa Generis em Portugal, para saber o ponto da situação da sua implementação e início de funcionamento, e, em caso afirmativo, quais as informações que foram recolhidas pelo município.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra informou que tem havido um contacto regular com a empresa Generis que tem manifestado interesse em iniciar a obra quanto antes, no entanto, o negócio foi fechado já há algum tempo e ainda nada aconteceu. -----

----- Seguidamente solicitou ao Vereador Lopes Candoso, enquanto representante do município na empresa, que informasse qual o ponto de situação.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- No uso da palavra informou que os representantes da empresa mãe ainda não se deslocaram a Portugal devido às restrições impostas pelo Covid-19, mas deram indicações aos representantes da Generis portuguesa para continuarem com os procedimentos tendo em vista a instalação da fábrica e também para verificarem da possibilidade de apresentarem uma candidatura aos Fundos Comunitários. Disse que a empresa nunca deixou de ter interesse em se instalar em Rio Maior e vai avançar com a obra, apesar dos atrasos verificados. Informou também que os representantes da Generis já entregaram na Câmara um pedido de prorrogação do prazo do contrato que foi assinado na altura das isenções.-----

----- Terminou a intervenção referindo que a partir do momento em que adquiriram o terreno, nunca esteve em causa a instalação da fábrica em Rio Maior.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra ressaltou que, esta questão é completamente exterior ao papel do município e o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente só poderão transmitir as informações que lhes foram dadas, contudo, a leitura que fazia, era de que a empresa adquiriu os lotes para construção de uma indústria que na primeira fase seria de embalamento de medicamentos. Posteriormente foi dito à Câmara que houvera uma alteração de estratégia e houvera necessidade de investir mais nos Estados Unidos,

mantendo-se o projeto tal como o apresentaram na Câmara, mas também foi dito que fora sempre intenção deles materializarem-no. Assim, considerava que só agora dizerem que vão verificar a possibilidade de se candidatarem aos Fundos Comunitários, lhe parecia que andavam a querer “enrolar” um bocadinho todo o processo. Ressalvou tratar-se de uma decisão que transcende o Executivo, no entanto tinha que partilhar a sua opinião.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Inteveio para clarificar que nunca lhe foi transmitido que a instalação da empresa estaria dependente de terem ou não Candidatura dos Fundos Comunitários. Apenas o informaram que a empresa mãe solicitara à empresa portuguesa para estudarem essa possibilidade para puderem usufruir da mesma, caso houvesse essa possibilidade, mas nunca, de que a instalação da empresa estaria dependente de quaisquer Fundos Comunitários.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Inteveio para dizer que espera que a empresa Generis se instale em Rio Maior e assim venha gerar riqueza para o concelho.-----

---- Referiu ainda que, enquanto riomaiorense, sempre esteve muito atento à situação porque em Rio Maior já aconteceu a compra de lotes industriais para “quase pura especulação imobiliária”, vendo nascer negócios que não são mais do que manter os lotes vazios à espera de melhores tempos para se poder fazer negócio, neste caso, tinha a “sensação clara” que a postura da Generis é antípoda a esta, dado que o terreno sem investimento é um problema para a empresa por ainda não estar concretizado o projeto e a vontade de investimento existe. Referiu que vão continuar a insistir para que este projeto se concretize, com a brevidade que seja possível. -----

----- O Vereador **JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**, ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador **João António Lopes Candoso**, voltou à sala de reuniões.-----

----- **PONTO XX - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 2020 E PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2021 - REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o mapa de fluxos de caixa de 2020, no qual transita um saldo orçamental da gerência de 2020 para a gerência de 2021, no valor de 4.123.538,09 €; -----

----- Apreciar e submeter à Assembleia Municipal para aprovação a Modificação aos Documentos Previsionais 2021 - Revisão Orçamental nº 1, cujo o orçamento da receita foi reforçado no montante total de 2.567.845,90€, e o orçamento da despesa reforçado

no valor total de 2.567.845,90 €, sendo 1.262.829,97€ para despesas correntes e 1.305.015,95€ para despesas de capital. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se iria realizar-se uma Assembleia Municipal no mês de fevereiro.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que a data prevista para a sua realização será a vinte e sete de fevereiro, referindo que espera que a mesma já possa ser feita presencialmente, no Cineteatro Municipal, que é o Edifício que garante um melhor plano de contingência, contudo isso ainda não está definido.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XXI - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – CENSOS 2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 54/2019, de 18 de abril, conjugado com o artigo 20.º do Capítulo III da Secção I da Norma de Controlo Interno em Vigor nesta Câmara Municipal, autorizar a abertura de conta bancária para os censos 2021, nos termos e fundamentos constantes na informação dos serviços. -----

----- Mais deliberou autorizar o preenchimento do impresso – Censos 2021 – Boletim de Identificação de Município com o Número de Identificação Bancária para remessa ao Instituto Nacional de Estatística. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e quarenta e sete minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____